



Revista Base (Administração e Contabilidade)

da UNISINOS

E-ISSN: 1984-8196

cd@unisinos.br

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Brasil

OLIVEIRA GOMES, ELY DO CARMO; SCARPIN, JORGE EDUARDO
ESTUDO BIBLIOMÉTRICO ACERCA DAS TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS
PUBLICADAS NO PERÍODO DE 2001 A 2008

Revista Base (Administração e Contabilidade) da UNISINOS, vol. 9, núm. 2, abril-junio, 2012, pp. 189-
203

Universidade do Vale do Rio dos Sinos
São Leopoldo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=337228650007>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

ESTUDO BIBLIOMÉTRICO ACERCA DAS TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS PUBLICADAS NO PERÍODO DE 2001 A 2008

BIBLIOMETRIC STUDY ON INTERGOVERNMENTAL TRANSFERS PUBLISHED FROM 2001 TO 2008

**ELY DO CARMO
OLIVEIRA GOMES**
myohorengue847@yahoo.com.br

JORGE EDUARDO SCARPIN
jorgescarpin@furb.br

RESUMO

O Brasil apresenta diferenças regionais, onde os governos estaduais devem atuar para atender a demanda por serviços públicos de responsabilidade do Estado. A necessidade de recursos aumenta a cada ano, e as transferências intergovernamentais são importantes meios que ajudam a equilibrar a economia dos Estados e do Distrito Federal. Diante desse contexto, este artigo tem por objetivo apresentar as publicações sobre transferências intergovernamentais que vieram a lume nos últimos anos. Como método foi utilizado o exploratório-descritivo, tendo como material de análise os artigos publicados em periódicos nacionais. Foi constatado que o item de maior enfoque no estudo está relacionado à transferência de recursos da União para os Municípios e à aplicação dos recursos principalmente em Saúde e Educação; alguns textos trataram do Bolsa Escola, e poucos trataram do Fundo de Participação dos Estados (FPE). O levantamento das características dessas publicações revelou que, não obstante a existência de diversos indicadores ou variáveis para estudo comparativo ou de correlação, são utilizados PIB, PIB per capita, População, Receita Corrente, Despesas com Saúde e Educação.

Palavras-chave: transferências intergovernamentais, reforma tributária, transferência de recursos, Estados, Municípios.

ABSTRACT

Brazil shows regional differences where the state governments must act in order to meet the demand for public services for which the State is responsible. Intergovernmental transfers are an important way of helping the states and the Federal District's in terms of economic balance. This article discusses the publications about intergovernmental transfers that appeared in recent years. It uses an exploratory-descriptive method and articles published in national journals as material for the analysis. It is found that the main items focused on in the studies are related to transfers from the Union to the cities and the use of funds mainly in the areas of health and education; some papers discussed the "Bolsa Escola" [School Stipend] program and only a few discussed the States' Participation Fund. The survey about the characteristics of these publications reveals that, despite the existence of many indicators for comparative or correlative studies, GDP, GDP per capita, Population, Current Revenue and Expenses with Health Education are the ones used in them.

Key words: intergovernmental transfers, tax reform, transfer of funds, states, cities.

INTRODUÇÃO

A reforma tributária hoje em pauta faz vir à tona diversas questões pertinentes às relações intergovernamentais no Brasil. Por se tratar de assunto relevante, enseja grandes desafios para os governantes que enfrentarão consequências com alterações nas transferências constitucionais e a redefinição dos encargos de responsabilidade dos entes federados (Gomes, 2007).

Segundo o mesmo autor, transferências intergovernamentais é um assunto presente e de interesse dos administradores em todas as regiões e revela a importância do desenho adequado do sistema de transferências intergovernamentais num Estado federado.

A Federação pressupõe a autonomia financeira dos entes subnacionais, além de competências legislativas e normativas próprias. As transferências intergovernamentais constituem uma importante forma de assegurar esta autonomia, mormente em Estados subdesenvolvidos e com grandes disparidades regionais (Gomes, 2007).

No Brasil, as disparidades regionais aumentam a cada ano; isso gera preocupação do gestor em prestar serviços públicos com eficiência para atender demandas da população e que são de responsabilidade do Estado.

Nesse sentido, as transferências intergovernamentais visam equilibrar a necessidade de recursos regionais através de fundos específicos ou finalidades previamente determinadas, como educação e saúde.

Dante do exposto, formulou-se a seguinte pergunta da pesquisa: Quais aspectos das transferências intergovernamentais têm sido objeto de investigação?

Dante desse contexto, este artigo tem por objetivo apresentar as publicações sobre transferências intergovernamentais que vieram a lume nos últimos anos. Como método foi utilizado o exploratório-descritivo, tendo como material de análise os artigos publicados em periódicos nacionais.

O estudo justifica-se por buscar estabelecer quais são os pontos mais pesquisados nas relações intergovernamentais, acerca das transferências de recursos da União para os Estados e Distrito Federal.

De acordo com Gil (1999, p. 42), pesquisa científica é definida "como o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos".

O artigo está estruturado em cinco tópicos. O primeiro apresenta a introdução do estudo, com a definição dos objetivos da pesquisa. No segundo, faz-se uma incursão teórica sobre transferências intergovernamentais e bibliometria, por meio de consultas à literatura disponível sobre o assunto, principalmente artigos e livros. No terceiro tópico, descreve-se o método de pesquisa. Na sequência, no quarto tópico fazem-se a apresentação e a análise dos dados da pesquisa. Finalmente, no quinto e último, apresentam-se as considerações finais.

REFERENCIAL TEÓRICO

Neste tópico, será efetuada uma abordagem do contexto das transferências intergovernamentais e da bibliometria.

TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS

A União efetua repasse de recursos aos Estados e ao Distrito Federal, as transferências constitucionais que estão definidas da Constituição Federal. As principais transferências da União para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, previstas na Constituição, são: o Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE); o Fundo de Participação dos Municípios (FPM); o Fundo de Compensação pela Exportação de Produtos Industrializados (FPEX); o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB); Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) e a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE).

FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL – FPE E FPM

A União transfere para os Estados e o Distrito Federal um percentual da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR).

Na Tabela 1, destaca-se o Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal, que é composto por 21,5% da arrecadação líquida (arrecadação bruta deduzidas das restituições e incentivos fiscais) do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza e do Imposto sobre Produtos Industrializados. O Fundo de Participação dos Municípios compõe-se de 22,5% dos mesmos impostos. A partir de 2008 foi adicionado 1% ao FPM, o qual tem como base as mesmas fontes de cálculo.

(i) Será entregue no primeiro decêndio do mês de dezembro de cada ano.

Os percentuais para cálculo do rateio para a distribuição dos valores foram estabelecidos em 1967 e sofreram ajustes para mais ou para menos até 1993; desde então não houve ajustes, quer na metodologia de cálculo ou no montante de aplicação desses índices, conforme demonstrado no Quadro 1.

O repasse do Fundo de Participação dos Estados (FPE) constitui a maior fonte de recursos para alguns Estados brasileiros.

FUNDO DE COMPENSAÇÃO PELA EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS (FPEX)

O IPI Exportação e o IPI, tributos arrecadados pela União, são cobrados sobre as operações que caracterizam a modificação da natureza, do funcionamento, do acabamento, da apresentação ou da finalidade do produto, ou o aperfeiçoamento para consumo, exercido sobre matéria-prima ou produto intermediário, que importe na obtenção de produto distinto, nova transformação.

De acordo com o disposto no artigo 159, inciso II, parágrafo 3º da Constituição Federal de 1988, do total arrecadado pela

Tabela 1 – Composição do FPE e FPM.

Table 1 – FPE and FPM composition.

Denominação	Participação Percentual	
	Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR)	Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)
Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE	21,5	21,5
Fundo de Participação dos Municípios – FPM	22,5	22,5
Fundo de Participação dos Municípios – FPM (1)	1,0	1,0
TOTAL	45,0	45,0

Nota: (1) Será entregue no primeiro decêndio do mês de dezembro de cada ano.

Fonte: Constituição Federal e Lei nº 7.827, de 27/09/89 (Brasil, 1988, 1989).

Quadro 1 – Evolução dos percentuais do FPM e FPE.

Chart 1 – Evolution of FPM and FPE percentages.

Ano	Dispositivo Legal	FPM	FPE
1967/1968	Emenda Constitucional nº 18/1965	10,0%	10,0%
1969/1975	Ato Complementar nº 40/1968	5,0%	5,0%
1976	Emenda Constitucional nº 5/1975	6,0%	6,0%
1977	Idem	7,0%	7,0%
1978	Idem	8,0%	8,0%
1979/1980	Idem	9,0%	9,0%
1981	Emenda Constitucional nº 17/1980	10,0%	10,0%
1982/1983	Idem	10,5%	10,5%
1984	Emenda Constitucional nº 23/1983	13,5%	12,5%
1985	Idem	16,0%	14,0%
1985/1988	Emenda Constitucional nº 27/1985	17,0%	14,0%
1988	Nova Constituição Federal	20,0%	18,0%
1989	Idem	20,5%	19,0%
1990	Idem	21,0%	19,5%
1991	Idem	21,5%	20,0%
1992	Idem	22,0%	20,5%
1993	Idem	22,5%	21,5%

Fonte: Cartilha FPE, FPM. Secretaria do Tesouro Nacional (2009).

União deste imposto, 10% devem ser entregues aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados (IPI Exportação).

FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO (FUNDEF E FUNDEB)

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) é um fundo de natureza contábil, instituído no âmbito de cada

Estado e do Distrito Federal, com a finalidade exclusiva de financiar projetos e programas do ensino fundamental, criado pela Emenda Constitucional nº 14/96 e regulamentado pela Lei nº 9.424/96. No Quadro 2 destaca-se a composição do FUNDEF.

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), instituído pela Emenda Constitucional nº 53 e regulamentado pela Medida Provisória nº 339, posteriormente convertida na Lei nº 11.494/2007, tem como foco o ensino básico público presencial.

O FUNDEB substituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), que só previa recursos para o ensino fundamental. No Quadro 3, apresentam-se a composição e evolução do FUNDEB.

IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL (ITR)

O Município recebe 50% do valor arrecadado pela União sobre o imóvel rural de sua região. Por ser um tributo de competência da União, o Município poderá firmar convênio para arrecadá-lo. O percentual a receber poderá ser maior, ou seja, a parte da receita vai para o município arrecadador na proporção variável, conforme o ente fiscalizador atuante for mais expressivo, cabendo a totalidade apenas na hipótese de que seja fiscalizado e cobrado pelos Municípios que assim optarem, na forma da lei.

CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO (CIDE)

Esta contribuição está prevista na Constituição Federal, art. 149, a qual foi estabelecida por meio da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, e complementada pela Lei nº 10.866, de

4 de maio de 2004. Antes da promulgação da norma a Emenda Constitucional nº 42/03, bem como a Emenda Constitucional nº 44/04 estimaram que 29% do produto da arrecadação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico serão entregues aos Estados e ao Distrito Federal. Do montante dos recursos repassados a cada Estado, 25% (vinte e cinco por cento) deverão ser entregues aos seus respectivos Municípios para serem aplicados no financiamento de programas de infraestrutura de transportes.

Segundo Prado *et al.* (2003, p. 23), as transferências legais "são aquelas nas quais os critérios que definem a origem dos recursos e os montantes a serem distribuídos para cada governo estão especificados em lei ou na Constituição".

Os coeficientes de participação dos Estados e do Distrito Federal são definidos anualmente e devem ser publicados com base em Decisão Normativa do Tribunal de Contas da União (TCU).

Os indicadores utilizados como parâmetros para o cálculo dos fundos ou das contribuições precisam ser objeto de atualização frequente, de forma a refletir o mais precisamente possível as mudanças ocorridas na posição relativa das jurisdições (Prado, 2007).

Quadro 2 – Composição do FUNDEF.
Chart 2 – FUNDEF composition.

Fonte	Percentual
FPM	15%
FPE	15%
IPI-EXP	15%
Lei Complementar 87/96	15%
ICMS	15%

Fonte: Cartilha FPE, FPM. Secretaria do Tesouro Nacional (2009).

Quadro 3 – Composição e evolução FUNDEF.
Chart 3 – FUNDEF composition and evolution.

Receita/Ano	2007	2008	2009	2010/2020
FPE	16,66%	18,33%	20%	
FPM	16,66%	18,33%	20%	
ICMS	16,66%	18,33%	20%	
IPlexp	16,66%	18,33%	20%	
Desoneração Exportações	16,66%	18,33%	20%	
ITCMD	6,66%	13,33%	20%	
IPVA	6,66%	13,33%	20%	
ITR – Cota Municipal	6,66%	13,33%	20%	
Complemento da União	R\$ 2 bilhões	R\$ 3 bilhões	R\$ 5 bilhões	10% da contribuição de estados e municípios

Fonte: Manual do FUNDEF. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (2009).

Nos últimos anos, fala-se em reforma tributária. É certo que a carga tributária no Brasil é elevada; em contrapartida, os serviços públicos oferecidos à população não atendem à demanda dos usuários. A reforma seria o meio de fornecer recursos necessários para os entes federados suprirem a necessidade de atendimento, equilibrar as diferenças regionais e explorar novos meios para fazer frente a novos problemas que caracterizam a realidade brasileira.

Para Cossio (2002), em organizações federativas distintas com grandes diferenças socioeconômicas inter-regionais, a descentralização fiscal pode implicar maior desequilíbrio, no sentido de que os estados com capacidade de tributação poderão ofertar mais bens públicos, atraindo, dessa forma, fatores produtivos para sua região e aprofundar as diferenças econômicas inter-regionais.

O valor repassado a cada Estado e ao Distrito Federal independe da arrecadação própria, como também dos serviços públicos necessários ao atendimento da população de responsabilidade do Estado. Conforme observou Werneck (1995), um aumento na arrecadação da União implica um aumento do repasse aos estados.

No Brasil, estas questões envolvem um problema de divisão de competências entre a União os Estados e os Municípios, ou tripartite, onde cada gestor tem soberania própria (Prado et al., 2003).

Em seus estudos Conti (2001), estabelece três condições para que um Estado seja soberano, resumidas no Quadro 4.

Prado (2007, p. 1) assevera também que

[o]s sistemas fiscais e instituições vigentes garantam aos cidadãos algum grau de equidade no acesso tanto a serviços públicos como a oportunidades de desenvolvimento individual. Finalmente, é necessário que seja preservado um determinado grau de autonomia dos governos subnacionais, grau este determinado basicamente por aspectos históricos, políticos e culturais que moldam a visão de cada sociedade sobre o papel que deve ter o governo central em suas vidas e economia.

Quadro 4 - Condições para soberania.

Chart 4 - Conditions for sovereignty.

Categoria	Descrição
Autonomia política	Compreende a competência de legislar, estabelecer normas para assuntos delimitados na Constituição, competência para participar nas decisões do Poder Central do Estado e o dever de fornecer bens e serviços públicos à população.
Autonomia administrativa	É a capacidade que a Constituição confere às entidades descentralizadas de se auto-organizarem, ou seja, de estabelecerem os órgãos, meios e formas pelas quais se encarregarão de cumprir as tarefas que lhes foram atribuídas pela Constituição.
Autonomia financeira	A autonomia financeira de uma entidade descentralizada compreende o poder de arrecadar, gerir e despender dinheiros e valores públicos de modo independente das demais esferas de governo.

Fonte: Conti (2001). Elaborado pelos autores.

Immervoll et al. (2006) descrevem que numa sociedade tão desigual como o Brasil, considerações de economia política devem ser fundamentais para qualquer proposta destinada a melhorar a forma de distribuição dos impostos. A redistribuição faz-se necessária principalmente através da prestação de serviços básicos à população. A visibilidade do sistema fiscal é condição fundamental para o processo democrático e para proporcionar políticas de redistribuição mais eficazes.

A seguir serão abordados os aspectos da bibliometria.

BIBLIOMETRIA

A bibliometria apresenta o grau de desenvolvimento do estudo de certa área do conhecimento; assim, tem aspecto relevante na análise da produção científica, uma vez que seus indicadores retratam o estudo da ciência (Machado, 2007).

Segundo Guedes e Borschiver (2005), observando-se as citações é possível identificar a frente de pesquisa de uma determinada área de estudo, além dos autores que se citam na literatura, revelando, assim, um padrão de relações na literatura sobre o assunto.

As revistas científicas, ou periódicos, representam um dos principais veículos de comunicação de pesquisa científica. Na busca de informações sobre determinado assunto, procuram-se as bibliotecas *on-line* que contêm lista de periódicos, com artigos científicos publicados. Isso permite a revisão bibliográfica de maneira eficaz (Campos, 2003).

Para Murcia e Borba (2008), o advento da *internet* e a disponibilização *on-line* de grande parte dos principais periódicos acadêmicos por meio do Portal CAPES possibilitam ao pesquisador o acesso às publicações científicas.

No estudo da bibliometria, há três nomes que se destacaram por suas importantes descobertas: Lotka, Zipf e Bradford. Eles podem ser identificados com uma "lei" específica. A Lei de Lotka, ou Lei do Quadrado Inverso, que mede a produtividade dos autores, mediante um modelo de distribuição tamanho-freqüência em um conjunto de documentos. A Lei de Zipf, ou de Mínimo Esforço, que mede a freqüência do aparecimento das palavras em vários textos e gera uma lista ordenada de

termos de uma determinada disciplina ou assunto. Por último a Lei de Bradford, ou Lei de Dispersão, que, mediante a medição da produtividade das revistas, estabelece o núcleo e as áreas de dispersão sobre um determinado assunto em um mesmo conjunto de revistas (Vanti, 2002).

Os autores Guedes e Borschiver (2005) destacaram as leis e princípios da bibliometria segundo Lotka, Zipf e Bradford, demonstrados no Quadro 5.

A bibliometria possibilita a identificação dos autores que tratam do assunto que se pretende pesquisar. Ela constitui o ponto de partida e consulta para pesquisadores no início de estudos científicos.

A seguir, é apresentada a descrição dos procedimentos da pesquisa.

METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

Neste capítulo, apresentam-se o método e os procedimentos da pesquisa. Primeiramente, foi realizado o delineamento da pesquisa, quanto aos seus objetivos, abordagem do problema e coleta dos dados.

A pesquisa caracteriza-se como exploratório-descritiva, realizada pelo método da bibliometria, e tem por objetivo analisar as publicações sobre transferências intergovernamentais publicadas nos últimos anos. A pesquisa biométrica define-se

Quadro 5 – Leis e princípios bibliométricos.

Chart 5 – Bibliometric laws and principles.

Bibliometria		
Leis e Princípios	Focos de Estudo	Principais Aplicações
Lei de Bradford	periódicos	estimar o grau de relevância de periódicos, em dada área do conhecimento
Lei de Lotka	Autores	estimar o grau de relevância de autores, em dada área do conhecimento
Lei de Zipf	Palavras	indexação automática de artigos científicos e tecnológicos
Ponto de transição (T) de Goffman	Palavras	indexação automática de artigos científicos e tecnológicos
Colégios invisíveis	Citações	identificação da elite de pesquisadores, em dada área do conhecimento
Fator de Imediatismo ou Impacto	Citações	estimar o grau de relevância de artigos, cientistas e periódicos científicos, em dada área do conhecimento
Acoplamento Bibliográfico	Citações	estimar o grau de ligação de dois ou mais artigos
Co-citação	Citações	estimar o grau de ligação de dois ou mais artigos
Obsolescência da Literatura	Citações	estimar o declínio da literatura de determinada área do conhecimento
Vida-média	Citações	estimar a vida-média de uma unidade da literatura de dada área do conhecimento
Teoria Epidêmica de Goffman	Citações	estimar a razão de crescimento e declínio de determinada área do conhecimento
Lei do Elitismo	Citações	estimar o tamanho da elite de determinada população de autores
Frente de pesquisa	Citações	identificação de um padrão de relação múltipla entre autores que se citam
Lei de 80/20	demandas de informação	composição, ampliação de acervos

Fonte: Guedes e Borschiver (2005).

como a aplicação da matemática aos livros, artigos e outros meios de comunicação (Gallon *et al.*, 2007).

De acordo com Krul *et al.* (2001, p. 47), "toda investigação científica obedece a uma metodologia científica que por sua vez se orienta através de métodos de procedimentos ou processos e técnicas".

A primeira etapa da presente pesquisa foi o levantamento dos periódicos na base de dados da CAPES. Pesquisaram-se as publicações para definir aquelas que serviram de população para este estudo, ou seja, as revistas científicas que estão disponibilizadas na base de dados no sítio da CAPES.

Os dados foram coletados também em artigos publicados em congressos e periódicos nacionais por meio dos sites Scielo e Google Acadêmico disponibilizados pela CAPES.

Em seguida, realizou-se a pesquisa nas revistas acadêmicas, para identificar os estudos que continham os assuntos da pesquisa; foram listadas as publicações, para então selecionar os artigos que possuíam em seu escopo a expressão "transferências intergovernamentais" ou as palavras "federalismo fiscal", "transferências fiscais".

O Quadro 6 apresenta o número de periódicos e publicações coletados que compõem a população dos anos onde se tratou de transferências intergovernamentais, assunto da pesquisa.

Quadro 6 - Periódicos e publicações coletadas.**Chart 6 - Collected journals and publications.**

Local publicação	Quantidade	Ano	Categoria
Instituto de Economia da UNICAMP	1	2001	Artigo
Revista Brasileira de Economia	1	2003	Artigo
São Paulo em Perspectiva	1	2004	Artigo
Economia Aplicada	1	2005	Artigo
Revista de Sociologia e Política	3	2005	Artigo
Universidade de Campinas – UNICAMP	1	2005	Artigo
Economia Aplicada	1	2006	Artigo
Estudos Econômicos	1	2006	Artigo
Economia Aplicada	1	2007	Artigo
Revista Brasileira de Economia	1	2007	Artigo
Ciência & Saúde Coletiva	4	2007	Artigo
Revista do Tribunal de Contas da União	1	2007	Artigo
Novos Estudos – CEBRAP	1	2007	Artigo
Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL	1	2007	Artigo
Estudos Econômicos	1	2008	Artigo
Revista de Economia Contemporânea	1	2008	Artigo
Universidade de Campinas – UNICAMP	1	2005	Dissertação
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	1	2007	Dissertação
Universidade Federal de Pernambuco	1	2008	Dissertação
Universidade Católica de Brasília	1	2008	Dissertação
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	1	2002	Tese
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo	1	2003	Tese
Universidade de São Paulo	1	2004	Tese
Universidade de Campinas – UNICAMP	1	2005	Tese
Universidade de Brasília	1	2006	Tese
Universidade Federal de Viçosa	1	2007	Tese
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo	1	2008	Tese
TOTAIS Periódicos	32		

Fonte: Dados da pesquisa; elaborado pelos autores.

Uma vez selecionados os estudos que tiveram como objeto os indicadores transferências intergovernamentais nos aspectos relacionados a transferências propriamente ditas ou abordagem acadêmica, pesquisados por meio da internet, passou-se à leitura dos artigos componentes da amostra para esta pesquisa, observando-se que as instituições que publicaram o maior número de produções acadêmicas foram as *Revistas de Economia e Ciência e Saúde Coletiva*. No período de 2001 a 2008, foram publicados 20 (vinte) artigos cujo assunto versou sobre transferências intergovernamentais, 4 (quatro) dissertações e 8 (oito) teses. A *Revista Ciência & Saúde Coletiva* e a *Revista Brasileira de Economia*, no ano de 2007, publicaram 6 (seis) estudos acadêmicos; já as revistas

Economia Aplicada e *Estudos Econômicos*, de 2005 a 2008, publicaram 5 (cinco) artigos. Entre os anos de 2001 e 2008, foram publicados 32 (trinta e dois) estudos sobre transferências intergovernamentais.

Nesta investigação científica, utilizaram-se apenas técnicas e critérios da bibliometria para levantamento dos artigos nacionais publicados no período de 2001 a 2008, onde o universo da pesquisa teve como fonte as publicações que trataram de transferências intergovernamentais existentes no sítio da CAPES e disponibilizadas no Scielo e Google Acadêmico.

Foram selecionados 32 temas que compõem o estudo, os quais estão representados no Quadro 7.

Quadro 7 - Base de coleta e temas publicados.

Chart 7 - Database and published themes.

Base da coleta	Tema	Ano
Instituto de Economia da UNICAMP	Transferências Fiscais e Financiamento Municipal no Brasil	2001
Revista Brasileira de Economia	Metas de déficit: transferências intergovernamentais e o controle do endividamento dos estados	2003
São Paulo em Perspectiva	Federalismo e políticas sociais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia	2004
Revista Brasileira de Economia	Transferências voluntárias e ciclo político-orçamentário no federalismo fiscal brasileiro	2007
Perspectiva Florianópolis	Sistemas públicos de educação básica e relações intergovernamentais: a ação da União e a autonomia dos sistemas locais de ensino	2005
Economia Aplicada	Captura de transferências fiscais: um estudo brasileiro de governos Simulating Brazil's tax-benefit system using Brahm's, the Brazilian household microsimulation model Descentralização fiscal e tamanho do governo no Brasil	2005 2006 2007
Revista de Sociologia e Política	Quem taxa e quem gasta: a barganha federativa na federação brasileira Federalismo, desenho constitucional e instituições federativas no Brasil pós-1988 A coordenação federativa no Brasil: a experiência do período FHC e os desafios do governo Lula	2005
Universidade de Campinas	Guerra Fiscal e Políticas Autônomas de Desenvolvimento	2005
Estudos Econômicos	Análise da eqüidade e da eficiência dos estados no contexto do federalismo fiscal brasileiro	2006
Ciência & Saúde Coletiva	Conexões entre o federalismo fiscal e o financiamento da política de saúde no Brasil Direito à saúde, atenção básica e transferências condicionadas de renda na América Latina Gasto social no Brasil: programas de transferência de renda <i>versus</i> investimento social Transformações e continuidades nos programas de bem-estar social no Canadá	2007
Revista do Tribunal de Contas da União	Fundamentos das transferências intergovernamentais	2007
Novos Estudos – CEBRAP	Transferência de renda no Brasil	2007
Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe	A Questão Fiscal na Federação Brasileira: Diagnóstico e Alternativas	2007
Revista de Economia Contemporânea	Impacto sobre a pobreza dos novos programas federais de transferência de renda	2008
Universidade Federal de Pernambuco	Fundo de Participação dos Estados no Brasil: Equalização Fiscal	2008
Universidade Católica de Brasília	O Tamanho do Setor Público no Contexto do Federalismo: Aplicado ao caso dos Municípios Brasileiros As Transferências Intergovernamentais e o esforço tributário Municipal: Uma Análise do FPM	2008
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	Ensaios sobre Federalismo Fiscal no Brasil	2002
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo	Eficiência Municipal: Um Estudo no Estado de São Paulo Financiamento de Controladoria dos Municípios Paulistas no Setor Saúde: Uma Avaliação de Eficiência	2003 2008

Quadro 7 – Continuação.*Chart 7 – Continuation.*

Universidade de São Paulo	Desmembramento Territorial: O Processo de Criação de Municípios – Avaliação a Partir de Indicadores Econômicos e Sociais	2004
Universidade de Campinas	Mudança, Permanência e Crise no Setor Público Paranaense: Um Balanço da Trajetória Estadual na Segunda Metade do Século XX	2005
Universidade de Brasília	Eleições e Política Fiscal: O Papel das Transferências Voluntárias Intergovernamentais, da Competência Administrativa e do Endividamento nos Ciclos Político-Orçamentários	2006
Universidade Federal de Viçosa	Esforço fiscal e alocação de recursos nos municípios da Zona da Mata de Minas Gerais	2007
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Caminhos e descaminhos dos Municípios Produtores de Petróleo: O Papel dos Royalties no desempenho das Finanças Públicas Municipais do estado do Rio Grande do Norte	2007

Fonte: Dados da pesquisa; elaborado pelos autores.

Quadro 8 – Número de artigos por área.*Chart 8 – Papers per area.*

Área	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Total
Economia	1	1	1	1	3	3	6	4	20
Administração			1				1		2
Contabilidade							1	1	2
Direito							1		1
Sociologia					1				1
Saúde							4		4
Gestão Pública								1	1
Engenharia Civil				1					1
Total Geral									32

Fonte: Dados da pesquisa; elaborado pelos autores.

Quadro 9 – Publicações por área*Chart 9 – Publications per area.*

Área	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	%	Média
Economia	1	1	1	1	3	3	6	4	19%	63%
Administração			1				1		3%	6%
Contabilidade							1	1	3%	6%
Direito							1		3%	3%
Sociologia					1				0%	3%
Saúde							4		13%	13%
Gestão Pública								1	0%	3%
Engenharia Civil				1					0%	3%
Total Geral	1	1	2	2	4	3	13	6	41%	100%

Fonte: Dados da pesquisa; elaborado pelos autores.

Quadro 10 – Autores e qualificações.

Chart 10 – Authors and degrees.

Autor	Qualificação
ABRUCIO, Fernando Luiz	Pesquisador do Núcleo de Publicação e Pesquisas da Fundação Getúlio Vargas
ARRETCHE, Marta	Professora do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo. Autora do livro <i>Estado Federativo e Políticas Sociais</i>
CAMPELLO, Carlos Albrato G. Barreto	Doutor em Administração, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de São Paulo
CASTRO, Demian	Doutor em Economia, Instituto de Economia da Universidade de Campinas
COSSIO, Fernando Andrés Blanco	Doutor em Economia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
DUARTE, Marisa Ribeiro Teixeira	Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais
FAVERO, Edison	Doutor em Engenharia Civil, Escola Politécnica da Universidade de São Paulo
FERREIRA, Glenda Dantas	Mestre em Administração, Universidade de Campinas
FERREIRA, Ivan Fecury Sydrião	Doutor em Economia, Universidade de Brasília
^I FERREIRA, Ivan F.S.; ^{II} BUGARIN, Mauricio S.	^I Banco Central do Brasil e Unieuro; ^{II} Ibmec São Paulo
^I FONSECA, Ana Maria Medeiros da; ^{II} VIANA, Ana Luiza d'Ávila	^I Núcleo de Estudos em Políticas Públicas, Universidade Estadual de Campinas; ^{II} Departamento de Medicina Preventiva, Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo
GOMES, Emerson Cesar da Silva	Analista de controle externo do Tribunal de Contas da União
^I GUEDES, Kelly Pereira; ^{II} GASPARINI, Carlos Eduardo	^I Mestre em Economia pela Universidade Católica de Brasília; ^{II} Professor adjunto da Universidade Católica de Brasília
^I IMMERVOLL, Herwig; ^{II} Levy Horácio; ^{III} José Ricardo Nogueira, ^{IV} Cathal O'Donoghue; ^V Rozane Bezerra de Siqueira	^I SER, Universidade de Essex e IZA, Bona - ^{II} SER, Universidade de Essex; ^{III} Departamento de Economia, Universidade Federal de Pernambuco; ^{IV} Universidade da Irlanda, Galway e IZA, Bona; ^V Departamento de Economia, Universidade Federal de Pernambuco
LAVINAS, Lena	Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro
LESSA, Iara	Ryerson University
LIMA, Luciana Dias de	Departamento de Administração e Planejamento em Saúde, Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz
^I MEDEIROS, Marcelo; ^{II} BRITTO, Tatiana; ^{II} SOARES, Fábio	^I Coordenador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada no International Poverty Centre ^{II} Pesquisadores do International Poverty Centre
MENDES, Marcos	Doutor, economista no Senado Federal do Brasil
OLIVEIRA, Roberto Pedrosa Soriano	Mestre em Gestão Pública – Universidade Federal de Pernambuco
^I PIRES, Henrique Augusto Alarcon; ^{II} BUGARIN, Maurício Soares	^I Doutor em Economia, Universidade de Brasília e analista de finanças e controle do Ministério da Fazenda; ^{II} Departamento de Economia, Universidade de Brasília
PRADO, Sérgio	Doutor em Economia, Professor da UNICAMP
ROCHA, Sonia	Economista do Instituto de Estudo do Trabalho e Sociedade
SILVA, Maria Janaína Alves	Mestre em Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte
SOUZA, Celina	Doutora em Ciência Política, London School of Economics and Political Science e pesquisadora do Centro de Recursos Humanos da Universidade Federal da Bahia
SOUZA, Charles Okama de	Mestre em Administração, Universidade Federal de Viçosa
SOUZA JUNIOR, Celso Vila Nova; GASPARINI, Carlos Eduardo	Doutor em Economia, Tulane University, New Orleans; Doutor em Economia e Professor da Universidade Católica de Brasília
VARELA, Patrícia Siqueira	Doutora em Ciências Contábeis, Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo
VELOSO, João Francisco Alves	Mestre em Economia, Universidade Católica de Brasília
VIEIRA, Roberta da Silva	Mestre em Economia, Universidade Católica de Brasília

Fonte: Dados da pesquisa; elaborado pelos autores.

Quadro 11 - Autor, ano e resumo dos estudos catalogados.

Chart 11 - Author, year and abstract of catalogued papers.

Autor	Contribuição
Prado (2001)	O fundamento e funcionamento do processo da transferência de recursos da União para os Estados e Municípios. O FPE é tratado como fonte de recurso redistributivo, isto é, tem o caráter de realocar recursos entre Regiões/Estados do país. Descreve que os critérios de rateio destes recursos, em sua concepção original, estavam estruturados de modo razoavelmente dinâmico e flexível. Os recursos do FPE eram rateados conforme critérios da extensão territorial e renda <i>per capita</i> .
Cossio (2002)	Efetuou estudo com o objetivo de analisar a utilização de transferências intergovernamentais como mecanismo de financiamento dos Municípios, analisou as características geográficas e demográficas, como a dimensão socioeconômica, as transferências constitucionais destinadas aos municípios provocam uma expansão de gastos públicos municipais significativamente maiores do que a resultante de aumentos da renda <i>per capita</i> dos contribuintes. Na conclusão do estudo afirma que as transferências constitucionais destinadas aos municípios provocam uma expansão de gastos públicos municipais significativamente maiores do que a resultante de aumentos da renda <i>per capita</i> dos contribuintes. Pode-se dizer que o gasto público não altera a renda da população.
Pires e Bugarin (2003)	Em estudo sobre as transferências intergovernamentais e o controle do endividamento dos Estados, com o objetivo de desenvolver mecanismos de controle dos déficits estaduais, discorrem sobre as dívidas dos Estados e sua renegociação com o governo federal. Ao concluírem a pesquisa, afirmam que as transferências intergovernamentais desempenham um papel importante na decisão de gastos das unidades federadas
Campello (2003)	Em sua tese sobre eficiência municipal, teve por objetivo determinar a dimensão da diferença entre a despesa incorrida e a receita própria, que seria suprida por transferências de recursos. Relata que os municípios não exploram sua capacidade tributária em sua totalidade e que, nestes casos, não deveria haver gastos superiores à obtenção de receita para geração da qualidade de vida da população local. Porém, como o gestor local não consegue Arrecadação Própria, a falta de recursos para disponibilizar serviços à sociedade precisa ser suprida pelas transferências dos Estados e da União.
Arretche (2004)	A vinculação de transferências para o gasto com os serviços de saúde e educação não foi acompanhada de redução na desigualdade intermunicipal. Portanto, considera que o que se transfere ainda não é suficiente para suprir as necessidades sociais.
Favero (2004)	O aumento dos entes federativos locais autônomos é benéfico para o desenvolvimento econômico e social das populações. Houve certo crescimento nos Municípios paulistas, porém é difícil saber se um Município de origem sofreu algum revés em sua vida econômica e social em virtude de ter havido parcelamento de seu território ou se o município originado foi beneficiado também por este motivo.
Souza (2005)	O Governo Central procura amenizar as diferenças inter-regionais com as transferências do FPM, porém isto por si só não é suficiente para diminuir os desequilíbrios econômicos existentes no país.
Duarte (2005)	A ampliação dos critérios de distribuição para a educação básica pode contribuir para a perpetuação dos espaços sociopolíticos de exclusão.
Abrucio (2005)	A estrutura federativa, relacionando-a como balizador importante do processo político, afeta a dinâmica partidário-eleitoral, como também as políticas sociais e o processo de reforma do Estado.
Mendes (2005)	Se a captura do dinheiro transferido para os governos locais for maior nas zonas mais pobres, políticas de redução de pobreza descentralizada serão menos eficazes exatamente nas regiões onde são mais necessárias. Percebe-se que inserção de dinheiro nos orçamentos de cidade pobre não é uma condição suficiente para reduzir a pobreza. Destaca também que as transferências podem aumentar o gasto público, porém não alteram a renda da população.
Arretche (2005)	Após consolidado o regime de separação de fontes tributárias, a disputa federativa por recursos concentrhou-se no sistema de transferências fiscais.
Ferreira (2005)	A guerra fiscal, expressão usada para designar as políticas estaduais autônomas de desenvolvimento, procedimentos relevantes para o desenvolvimento socioeconômico do Estado, os critérios de concessão de benefícios devem manter as principais finalidades dos programas estaduais de desenvolvimento social.
Castro (2005)	A mudança gerada pela Constituição de 1988 buscou evitar desniveis coincidentes em todos os níveis de governo e talvez tenha funcionado como um modo de coibir rupturas ou fraturas políticas. Deve haver uma política de desenvolvimento defensiva e evitar o endividamento.
Souza Junior e Gasparini (2006)	Analisaram a equidade e a eficiência dos Estados no contexto do federalismo fiscal brasileiro. Avaliaram o mecanismo de repasse de verbas intergovernamentais para os 26 Estados e o Distrito Federal, questão que consideraram muito importante, tendo em vista o aumento da demanda por bens e serviços públicos por parte da sociedade. Os repasses do FPE não foram suficientes para equilibrar o nível de serviços entre os Estados brasileiros.
Immervoll et al. (2006)	A redistribuição de recursos deveria ser mais eficaz, no sentido de redução da desigualdade de renda no sistema de tributação e de transferência, ou seja, deveria proporcionar a redução da pobreza.

Quadro 11 – Continuação.

Chart 11 – Continuation.

Ferreira (2006)	O efeito das eleições sobre a política fiscal: existe forte evidência no Brasil de que as receitas das transferências dos Estados para os Municípios ocorrem em maior volume quando o Prefeito de um Município pertence ao mesmo partido político do Governador do Estado.
Lima (2007)	Critérios que regulam as transferências do SUS – como um componente do sistema de partilha tributário da federação – acabam por reforçar determinados padrões de assimetria e gerar maiores desequilíbrios orçamentários, dificultando a compensação das desigualdades na capacidade de gasto público em saúde das esferas subnacionais.
Guedes e Gasparini (2007)	A descentralização fiscal no Brasil conduz a um governo menor. Este impacto da descentralização pode ser anulado, ou diluído, pelas transferências intergovernamentais.
Fonseca e Viana (2007)	Estratégias adotadas – como o Bolsa Família e o Programa de Saúde da Família – para cumprir com as particularidades definidas para a área da saúde não são capazes de criar uma situação ideal, onde políticas e programas sejam capazes de fomentar o desenvolvimento de outras políticas e o efeito sinérgico de ambas altere as condições de pobreza.
Gomes (2007)	Os repasses entre as Unidades Federadas têm diferentes naturezas e objetivos, como a redução do desequilíbrio fiscal vertical, a redução das disparidades regionais, a correção das externalidades, a extensão dos benefícios para além da jurisdição local e o aproveitamento da estrutura administrativa do ente descentralizado.
Lavinas (2007)	A desvinculação de gastos para aplicação em saúde deveria incentivar a busca de soluções para melhor redimensionar e realocar o gasto social em serviços básicos de primeira necessidade.
Medeiros et al. (2007)	Os dois principais programas dessa natureza, o Benefício de Prestação Continuada e o Bolsa Família, têm gerado efeitos relevantes sobre os índices de pobreza e desigualdade no país. Concluem que o lado positivo dos programas é indiscutível e as políticas de transferência de renda vêm se consolidando como uma importante faceta do sistema de proteção social brasileiro.
Ferreira e Bugarin (2007)	As transferências intergovernamentais no Brasil são significantemente influenciadas por motivações político-partidárias. Os eleitores podem decidir racionalmente não reeleger um Prefeito administrativamente competente, caso ele não seja apoiado pelo governador, desde que os eleitores entendam que o adicional de transferências que o candidato de oposição receberá, caso seja eleito, mais do que compensará sua deficiência administrativa.
Lessa (2007)	As transformações e continuidades nos programas de bem-estar social no Canadá visaram contribuir para a sistematização no sistema de transferência de renda no Canadá, comparando-o com sistemas semelhantes. Segundo a autora, existe um número crescente de pessoas no Canadá vivendo em situação de pobreza, mesmo estando empregadas.
Prado (2007)	A federação brasileira como altamente descentralizada apresenta maior heterogeneidade nos padrões de serviços prestados. Em todos os casos em que o serviço é de responsabilidade de governos estaduais e não é provido de recursos por meio de programas nacionais, é enorme a disparidade entre Estados e regiões no que se refere a níveis de dispêndio per capita, padrões mínimos de atendimento e requisitos de qualidade.
Souza (2007)	Os municípios que recebem maior volume de recursos das transferências possuem menor Receita Própria, consequentemente dependem totalmente dos repasses do FPM e da Cota Parte do ICMS.
Silva (2007)	Os municípios que recebem o maior volume de recursos de transferências intergovernamentais são os que apresentam o menor esforço em Arrecadação Própria.
Rocha (2008)	Embora as transferências de renda dos programas tenham efeitos de redução da pobreza e distributivos irrefutáveis, o desafio reside em utilizar o mapeamento para identificação e acompanhamento da população-alvo para assisti-la e protegê-la. Trata-se de garantir o acesso a serviços básicos – educação de qualidade, por exemplo – que venham a garantir a inserção produtiva adequada das novas gerações, operando no sentido de romper o ciclo vicioso da pobreza.
Vieira (2008)	Quanto maior a variância do produto privado, maior é a demanda pelo setor público. Um resultado interessante também se refere ao IDH negativo no setor público local: quanto menor a renda, o nível educacional e a saúde populacional, maior será a necessidade do setor público, que deverá prestar serviços à população.
Oliveira (2008)	A elevação do repasse do FPE não corresponde a aumento de receita própria. Numa suposta revisão dos critérios de rateio do FPE, deveriam ser considerados elementos que incluam incentivos ao aumento da Arrecadação Própria, já que isso poderia acabar com a guerra fiscal entre os Estados.
Veloso (2008)	Novos critérios de distribuição do FPM devem considerar o esforço tributário dos governos recebedores municipais e não apenas fatores populacionais e de renda.
Varela (2008)	A maior representatividade das transferências intergovernamentais não condicionadas e sem contrapartida na composição das receitas públicas municipais gera preocupação com os custos operacionais, o que provoca ineficiência na disponibilização de serviços básicos de saúde.

Fonte: Dados da pesquisa; elaborado pelos autores.

A partir da leitura e análise dos artigos, foram identificados os itens objeto deste estudo, os quais serão descritos na próxima seção.

Descrição e Análise dos Dados

A amostra é composta por 32 estudos acadêmicos publicados entre 2001 e 2008 e disponibilizados nos sites Scielo e Google Acadêmico.

O Quadro 8, apresenta o número de artigos por área objeto da pesquisa e publicados entre 2001 e 2008.

Constata-se que a área de Economia teve publicações em todo o período analisado, apresentando um total de 20 publicações; em seguida, a Saúde, com 4 (quatro) temas; na sequência, Administração e Contabilidade, com 2 (dois) estudos, e Direito, Sociologia, Gestão Pública e Engenharia Civil, com 1 (um) artigo.

No ano de 2007, as publicações na área de Economia representaram 19%, e a Saúde 13% em relação ao total de publicações no período 2001 a 2008. No ano de 2007, ocorreu o maior número de temas, correspondendo a 41% dos temas do período. Considerando os anos de 2001 a 2008, a média dos artigos representa 63% em Economia, 13% na área de Saúde, 6% em Administração e Contabilidade e 3% nas demais áreas onde houve publicações sobre transferências intergovernamentais. Isto é demonstrado nos Quadros 9 e 10 apresentando os autores e respectivas qualificações.

Observa-se que a qualificação dos autores encontra-se na área de Economia, sendo 11 (onze) Doutores e 6 (seis) Mestres. Em seguida, há a área de Administração, com 5 (cinco) Mestres. Os economistas voltados para o estudo das finanças efetuaram o maior número de pesquisas acerca das transferências intergovernamentais.

Demonstra-se no Quadro 11 o resumo dos estudos catalogados classificados por autores, ano e contribuição.

Constata-se que, no período de 8 (oito) anos, diversas pesquisas foram desenvolvidas na área pública, porém poucos autores efetuaram pesquisa sobre transferências intergovernamentais, e os estudos mais relevantes encontram-se na área da Economia.

Para a elaboração dos cálculos, análise e montagem dos quadros, foram utilizados os recursos do aplicativo Excel.

Considerações Finais

Transferências intergovernamentais é um assunto complexo, não sendo possível estabelecer uma metodologia única ou roteiro para a sua exploração. O repasse dos recursos se processa mediante fundamentos em normas que têm sua origem na Constituição Federal e envolve outras Leis e também normas de controle, onde se delimitam todos os procedimentos e prestação de contas pelos gestores estaduais.

Quais aspectos das transferências intergovernamentais têm sido objeto de investigação?

O objetivo foi apresentar os trabalhos sobre transferências intergovernamentais publicados nos últimos anos em

periódicos nacionais.

A apreciação dos dados apresentados nos fornece um conjunto de indicadores da produção científica publicada em periódicos nacionais editados de 2001 a 2008.

Os estudos descrevem e utilizam diversos métodos estatísticos de avaliação, como Análise Envoltória de Dados (DEA), Parâmetros escore de propensão, Análise econômica, Análise de painel, Análise crítica, Dispersão, Desvio padrão, Análise de fronteira estocástica, Série temporal, Modelo de vetores autorregressivo, entre outros. Em todos os estudos, os dados para análise foram retirados de sites oficiais, como os do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Tribunal de Contas da União (TCU) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Utilizaram-se exemplos reais de repasses da União para os Estados e Municípios como fonte de estudo.

Observa-se também que a maior produção científica referente às transferências intergovernamentais é efetuada por Doutores e Mestres em Economia; isto comprova que o assunto é do interesse de economistas.

O item de maior enfoque no estudo está relacionado à transferência de recursos da União para os Municípios, e a aplicação dos recursos principalmente em Saúde e Educação; alguns artigos trataram do Bolsa Escola, e poucos trataram do Fundo de Participação dos Estados (FPE).

O levantamento das características dessas publicações revelou que, não obstante a existência de diversos indicadores ou variáveis para estudo comparativo ou de correlação, são utilizados PIB, PIB per capita, IDH, População, Receita Corrente, Despesas com Saúde e Educação.

Considerando que os recursos são gerados por meio de impostos e as transferências de maior volume, o FPE e FPM, provém do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e sendo o cidadão o contribuinte, é necessário retorno em serviços públicos para a população, assim como é importante o controle e a prestação de contas dos valores recebidos pelos Governos Estaduais e Distritais.

Como recomendação para trabalhos futuros, sugere-se a ampliação do estudo a partir da coleta de dados em artigos e periódicos de eventos internacionais, com o objetivo de comparação de produção científica sobre transferências intergovernamentais.

Referências

- ABRUCIO, F.L. 2005. A coordenação federativa no Brasil: a experiência do período FHC e os desafios do governo Lula. *Revista Sociologia Política*, 24:41-67. Disponível em: <http://virtual-bib.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3174/Re152008.pdf?sequence=1>. Acesso em: 10/03/2010.
- ARRETCHÉ, M. 2004. Federalismo e políticas sociais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. *São Paulo em Perspectiva*, 18(2):17-26.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392004000200003>

- ARRETCHÉ, M. 2005. Quem taxa e quem gasta: a barganha federativa na federação brasileira. *Revista Sociologia Política*, 24. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782005000100006>
- BRASIL. 1988. Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 08/06/2009.
- BRASIL. 1996. Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/L9424.htm>. Acesso em: 08/06/2009.
- BRASIL. 1989. Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989. Disponível em: www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/L7827.htm. Acesso em: 08/06/2009.
- BRASIL. 2001. Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001. <http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/leis/2001/lei10336.htm>. Acesso em: 09/06/2009.
- BRASIL. 2004. Lei nº 10.866, de 04 de maio de 2004. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Leis/2004/lei10866.htm>. Acesso em: 09/06/2009.
- BRASIL. 2007. Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11494.htm. Acesso em: 09/06/2009.
- CAMPELLO, C.A.G.B. 2003. *Eficiência municipal: um estudo no Estado de São Paulo*. São Paulo, SP. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 218 p.
- CONTI, M.J. 2001. *Federalismo Fiscal e Fundos de Participação*. São Paulo, Juarez de Oliveira, 160 p.
- CASTRO, D. 2005. *Mudança, permanência e crise no setor público paranaense: um balanço da trajetória estadual na segunda metade do século XX*. Campinas, SP. Tese de Doutorado. Universidade de Campinas, 252 p. Disponível em: libdigilib.unicamp.br/document/?down=vtls000373764. Acesso em: 10/03/2010.
- COSSIO, F.A.B. 2002. *Ensaios sobre Federalismo Fiscal no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Disponível em: www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/9716215_02_pretexto.pdf. Acesso em: 13/04/2009.
- CAMPOS, M. 2003. Conceitos atuais em bibliometria. *Arquivos Brasileiros de Oftalmologia*, 66:1-22. Disponível em: <http://www.abonet.com.br/abo/666s/edit07.pdf>. Acesso em: 08/06/2009.
- DUARTE, M.R.T. 2005. Sistemas públicos de educação básica e relações intergovernamentais: a ação da União e a autonomia dos sistemas locais de ensino. *Perspectiva*, 20(2):303-329. Disponível em: http://www.fae.ufmg.br/grupase/down/sistemas_publicos.pdf. Acesso em: 10/03/2010.
- FAVERO, E. 2004. *Desmembramento territorial: o processo de criação de municípios – avaliação a partir de indicadores econômicos e sociais*. São Paulo, SP. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 252 p. Disponível em: <http://www.poli.usp.br/Organizacao/Departamentos/shownamedoc.asp?codpes=2087561>. Acesso em: 10/03/2010.
- FERREIRA, G.D. 2005. *Guerra fiscal e políticas autônomas de desenvolvimento*. Campinas, SP. Dissertação de Mestrado. Universidade de Campinas. Disponível em: http://www.sefa.pa.gov.br/site/semin_poltrib/materestudo/P5_GuerraFiscalPoliticasAutonomas_GlendaFerreira.pdf. Acesso em: 10/03/2010.
- FERREIRA, I.F.S. 2006. *Eleições e Política Fiscal: o papel das transferências voluntárias intergovernamentais, da competência adminis-trativa e do endividamento nos ciclos políticos orçamentários*. Brasília, DF. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, 147 p. Disponível em: http://bdtd.bce.unb.br/tedesimplificado/tde_arquivos/8/TDE-2006-07-25T162520Z-158/Publico/Tese%20Economia%20-%20van%20Fecury%20Sydriao%20Ferreira.pdf. Acesso em: 10/03/2009.
- FERREIRA, I.F.S.; BUGARIN, M.S. 2007. Transferências voluntárias e ciclo político-orçamentário no federalismo fiscal brasileiro. *Revista Brasileira de Economia*, 61(3). <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-71402007000300001>
- FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). 2009. FUNDEB Manual de Orientação 2009. Disponível em: [ftp://ftp.fnde.gov.br/web/fundeb/manual_orientacao_fundeb.pdf](http://ftp.fnde.gov.br/web/fundeb/manual_orientacao_fundeb.pdf). Acesso em: 12/06/2009.
- GALLON, A.V.; SOUZA, F.C.; ROVER, S.; VAN, B.H.M. 2007. Produção científica e perspectivas teóricas da área ambiental: um levantamento a partir de artigos publicados em congressos e periódicos nacionais da área de Contabilidade e Administração. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 7, São Paulo, 2007. Anais... São Paulo. Disponível em: <http://www.congressousp.fipecafi.org/artigos72007/118.pdf>. Acesso em: 12/06/2009.
- GIL, A.C. 1999. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5ª ed., São Paulo, Atlas, 207 p.
- GOMES, E.C.S. 2007. Fundamentos das transferências intergovernamentais. *Revista do Tribunal de Contas da União*, 39(110):28-40. Disponível em: <http://lx-frb-bwp.srv.trt02.gov.br/siabi-web-php/Telas/TTitulosDetalhe.php?cod=102529&pag=108>. Acesso em: 22/04/2009.
- GUEDES, K.P.; GASPARINI, C.E. 2007. Descentralização fiscal e tamanho do governo no Brasil. *Economia Aplicada*, 11(2). <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-80502007000200007>
- GUEDES, V.L.S.; BORSCHIVER, S. 2005. Bibliometria: uma ferramenta estatística para a gestão da informação e do conhecimento, em sistemas de informação, de comunicação e de avaliação científica e tecnológica. In: ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO, 6, Salvador. Anais... Salvador. Disponível em: <http://dici.ibict.br/archive/00000508/01/VaniaLSGuedes.pdf>. Acesso em: 08/06/2009.
- IMMERVOLL, H.; LEVY, H.; NOGUEIRA, J.R.; ODONOGHUE C.; SIQUEIRA, R.B. 2006. Simulating Brazil's tax-benefit system using Brahms, the Brazilian household microsimulation model. *Economia Aplicada*, 10(2). <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-80502006000200004>
- KRUL, A.; RHODEN, A.; POYER, C.N. 2001. *Caminhos de investigar: metodologia, técnica de pesquisa*. Londrina/Campo Mourão, CEFIL/Fundação Horácio Amaral de Estudos e Pesquisa, 200 p.
- LAVINAS, L. 2007. Gasto social no Brasil: programas de transferência de renda versus investimento social. *Ciência Saúde Coletiva*, 12(6). <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232007000600009>
- LESSA, I. 2007. Transformações e continuidades nos programas de bem-estar social no Canadá. *Ciência Saúde Coletiva*, 12(6). <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232007000600015>
- LIMA, L.D. de. 2007. Conexões entre o federalismo fiscal e o financiamento da política de saúde no Brasil. *Ciência Saúde Coletiva*, 12(2).

- <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232007000200027>
- MACHADO, R.N. 2007. Análise cientométrica dos estudos bibliométricos publicados em periódicos da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação (1990-2005). *Perspectivas em Ciência da Informação*, 12(3):2-20.
<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-99362007000300002>
- MEDEIROS, M.; BRITTO, T.; SOARES, F. 2007. Transferência de renda no Brasil. *Novos Estudos CEBRAP*, 79.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002007000300001>
- MENDES, M. 2005. Capture of fiscal transfers: A study of Brazilian local governments. *Economia Aplicada*, 9(3).
<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-80502005000300005>
- MURCIA, F.D.; BORBA, J.A. 2008. Possibilidades de inserção da pesquisa contábil brasileira no cenário internacional: uma proposta de avaliação dos periódicos científicos de contabilidade e auditoria publicados em língua inglesa e disponibilizados no portal de periódicos da CAPES. *Revista Contabilidade e Finanças*, 19(46):30-43.
<http://dx.doi.org/10.1590/S1519-70772008000100004>
- OLIVEIRA, R.P.S. 2008. *Fundo de Participação dos Estados no Brasil: equalização fiscal*. Recife, PE. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em: http://biblioteca.universia.net/html_bura/ficha/params/id/35281451.html. Acesso em: 10/04/2009.
- PIRES, H.A.A.; BUGARIN, M.S. 2003. Metas de déficit: transferências intergovernamentais e o controle do endividamento dos Estados. *Revista Brasileira de Economia*, 57(4).
<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-71402003000400006>
- PRADO, S.R.R. 2001. Transferências fiscais e financiamento municipal no Brasil. In: F.A. RESENDE (coord.), *Projeto Descentralização fiscal e cooperação financeira intergovernamental*. São Paulo, EBAP/ Konrad Adenauer.
- PRADO, S.R.R. 2007. A questão fiscal na Federação brasileira: diagnóstico e alternativas. CEPAL: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. Mar. Disponível em: <http://www.cepal.org/brasil/publicaciones/xml/9/28329/LCBRSR179SergioPrado.pdf>. Acesso em: 04/06/2009.
- PRADO, S.R.R.; QUADROS, W.; CAVALCANTI, C.E. 2003. *Partilha de recursos na federação brasileira*. São Paulo/Brasília, FAPESP/Fundap/IPEA, 221 p.
- ROCHA, S. 2008. Impacto sobre a pobreza dos novos programas federais de transferência de renda. *Revista de Economia Contemporânea*, 9(1):153-185. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/desigualdaderendanobrasilv2/Cap18.pdf>. Acesso em: 11/03/2010.
- SILVA, M.J.A. 2007. *Os caminhos e descaminhos dos municípios produtores de petróleo: o papel dos royalties no desempenho das finanças públicas municipais no estado do Rio Grande do Norte*. Natal, RN. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 128 p.
- SOUZA, C. 2005. Federalismo, desenho constitucional e instituições federativas no Brasil pós-1988. *Revista de Sociologia e Política*, 24. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/rsp/rt/metadata/3719/2967>. Acesso em: 10/03/2010.
- SOUZA, C.O. de. 2007. Esforço fiscal e alocação de recursos nos municípios da Zona da Mata de Minas Gerais – Viçosa, MG. Disponível em: http://www.tede.ufv.br/tedesimplificado/tde_arquivos/44/TDE-2007-06-26T125101Z-579/Publico/texto%20completo.pdf. Acesso em: 11/03/2010.
- SOUZA JUNIOR, C.V.N.; GASPARINI, C.E. 2006. Análise da equidade e da eficiência dos Estados no contexto do federalismo fiscal brasileiro. *Estudos Econômicos*, 36(4).
<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-41612006000400006>
- SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL (STN). 2009. Estados e Municípios. Transferências Constitucionais. Estatísticas. Fundos de Participação dos Estados. Disponível em: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municípios/download/FPE.xls. Acesso em: 09/06/2009.
- VANTI, N.A.P. 2002. Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. *Ciência da Informação*, 31(2):152-162.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0100-19652002000200016>
- VARELA, P.S. 2008. *Financiamento e controladoria dos municípios paulistas no setor saúde: uma avaliação de eficiência*. São Paulo, SP. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: http://www.bdtd.ucb.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=823. Acesso em: 11/03/2010.
- VELOSO, J.F.A. 2008. *As transferências intergovernamentais e o esforço tributário municipal: uma análise do fundo de participação dos municípios (FPM)*. Brasília, DF. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica de Brasília. Disponível em: http://www.bdtd.ucb.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=823. Acesso em: 11/03/2010.
- VIEIRA, R. da S. 2008. *O tamanho do setor público no contexto do federalismo: aplicado ao caso dos municípios brasileiros*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Texto para Discussão n. 1415. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1415.pdf. Acesso em: 24/04/2009.
- WERNECK, R.L.F. 1995. Federalismo fiscal e a política de estabilização no Brasil. *Revista Brasileira de Economia*, 49(2):375-390.

Submetido: 28/11/2009

Aceito: 26/05/2011

ELY DO CARMO OLIVEIRA GOMES

Universidade Regional de Blumenau
 Rua Antônio da Veiga, 140, Sala D 202
 Caixa Postal 1507
 89012-900, Blumenau, SC, Brasil

JORGE EDUARDO SCARPIN

Universidade Regional de Blumenau
 Rua Antônio da Veiga, 140, Sala D 202
 Caixa Postal 1507
 89012-900, Blumenau, SC, Brasil